

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO DA ESCOLA PÚBLICA

Geicimaria de Nazaré Castro da Silva¹

Jaira Maria Carvalho dos Santos²

Leonardo Mendes Bezerra³

Josielma de Sousa Silva⁴

Wemerson Pimentel Saraiva⁵

RESUMO

O trabalho apresentado tem como objetivo analisar a inserção do tema inclusão na construção do Projeto Político Pedagógico (PPP) de escolas da rede regular de ensino, verificando a sistematização do atendimento especializado na educação básica, as etapas do processo de inclusão, e o modo pelo qual a escola preza pela educação inclusiva, no referido documento. O estudo tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, pautada no Projeto Político Pedagógico de três escolas, dos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio. A educação é um processo de socialização em que o indivíduo adquire e assimila vários tipos de conhecimentos. Trata-se de um processo de conscientização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores. Para tanto é necessário que a gestão democrática de todas as instituições desenvolva práticas e estratégias voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais. De acordo, Santos e Barbosa (2016), para realizar a inclusão necessárias adaptações, para orientar o trabalho pedagógico dos professores principalmente no currículo escolar e no planejamento de atividades e deve iniciar com a observação em sala de aula pelo o professor. No ponto de vista educacional, busca verificar se no documento primordial e maior da escola está inserido uma concepção de inclusão e práticas que propicia a mesma, contribuindo como forma de conscientização para os gestores, coordenadores e educadores, o quão importante é incluir os alunos nas atividades pedagógicas, para posteriormente o exercício pleno da cidadania. Logo, conclui-se que a inserção do tema inclusão no PPP das escolas contribui para a real inclusão do público alvo, uma vez que é o principal documento norteador da prática docente no âmbito escolar.

Palavras-chave: Inclusão, Atendimento Especializado, Projeto Político-Pedagógico, Socialização, Pedagógico.

¹ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Balsas e Especialista em Educação Infantil, Professora da Educação Infantil na Prefeitura de Balsas- MA, Professora na UEMA, Campus Balsas/Departamento de Educação, psicogeicimariasilva@gmail.com

² Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão - UEMA, Campus Balsas e Especialista em Libras e Educação de Surdos, Intérprete de Libras, na Prefeitura de Balsas-MA; jayra.carvalho@gmail.com;

³ Doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba, Professor Adjunto na Universidade Estadual do Maranhão, Campus Balsas/Departamento de Educação, Professor Permanente no Programa de Pósgraduação em Educação (Mestrado) na UEMA, Campus São Luís, lydimo@live.com;

⁴ Licenciada em Pedagogia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional, Psicopedagoga Clínica na Blue de Balsas- MA, Secretária do Departamento de Educação da Uema/Campus Balsas, josielmasousa637@gmail.com

⁵ Licenciado em Matemática pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, Campus Balsas e especialista em Ensino de Ciências e Metodologia de Ensino de Matemática e Física, Professor da rede estadual de educação do Maranhão e da Universidade Estadual do Maranhão – Campus Balsas/ Departamento de Matemática, wemersonnorte@gmail.com.



INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como proposta analisar o processo de inclusão dos alunos que necessitam de atendimentos especiais no processo de ensino aprendizagem, e além disso verificar como são elencadas as estratégias usadas para incluir os alunos em todas as atividades escolares. Para tanto faz-se necessário o respaldo na lei, pois é obrigatório a educação contemplar condições de ensino emancipadora de inclusão

Estudando assim como é realizado a inserção do tema inclusão no ato do desenvolvimento dos Projetos Políticos Pedagógicos de escolas da rede regular de ensino, verificando como é sistematizado o atendimento especial na educação básica, investigando se as instituições estão respaldando - se na lei para a construção de seus projetos políticos pedagógicos, no que diz respeito a educação especial/inclusiva, pesquisar se o projeto pedagógico da escola está contemplando e valorizando a inclusão; além de verificar as estratégias adotadas pelo Projeto Político Pedagógico para promover a inclusão de forma dinâmica, socializadora e crítica.

A educação é um processo de socialização em que o indivíduo adquire e assimila vários tipos de conhecimentos. Trata-se de um processo de conscientização cultural e comportamental, que se materializa numa série de habilidades e valores. Para tanto é necessário que a gestão democrática de todas as instituições desenvolva práticas e estratégias voltadas para os alunos com necessidades educacionais especiais.

Sendo necessário uma análise dos projetos políticos pedagógicos instituições do ensino infantil, fundamental e médio, onde será averiguado os meios que estão sendo desenvolvidos para possibilitar que os alunos com necessidades educacionais especiais alcancem o sucesso acadêmico e consequentemente permaneçam no ensino regular.

A educação nas últimas décadas passou por profundas transformações, sendo que a educação especial e inclusiva tem um papel de destaque colaborando neste cenário com uma proposta de atendimento aos alunos com deficiências em unidades escolares onde os mesmos possam desenvolver suas potencialidades.

O processo de inclusão nas escolas de ensino regular mostra-se de suma importância para o exercício da cidadania, pois os alunos desenvolve as suas habilidades diárias, educacionais e capacidades técnicas quando são incluídos nas atividades pertinentes para o desenvolvimento humano, a prática de inclusão é refletida ao longo prazo na inclusão social, e a não inclusão, refletirá na exclusão social, por isso demonstra-se de grande relevância a contemplação de atividades de inclusão na escolarização, e a



busca nos projetos políticos pedagógicos das escolas da educação básica, tem a tentativa de evidenciar para os educadores as boas contribuições das crianças que tiveram a intervenção inclusiva.

É interessante mostrar quais as concepções que as escolas da educação básica possuem para inserção das crianças especiais, nos seus projetos pedagógicos e plano de ação, a pesquisa comporta-se com uma tentativa de aflorar um tema de grande significância para educadores, pesquisadores, psicólogos na área da educação, levando em consideração também que a inclusão está inserida em todos os processos de socialização.

No ponto de vista educacional, busca verificar se no documento primordial e maior da escola está inserido uma concepção de inclusão e práticas que propicia a mesma, contribuindo como forma de conscientização para os gestores, coordenadores e educadores, o quão importante é incluir os alunos nas atividades pedagógicas, para posteriormente o exercício pleno da cidadania.

METODOLOGIA

O estudo apresentado tem como base a pesquisa bibliográfica e documental, de abordagem qualitativa, pautada no Projeto Político Pedagógico de três escolas, dos níveis Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, verificando nos documentos educacionais com são regulamentadas as atividades de atendimento especial especializado nas escolas, perquirindo assim resoluções que definem a inclusão como direito.

A análise inicia-se com os levantamentos bibliográficos dos programas que são obrigatórios nas escolas para o acesso e permanência de alunos com necessidades especiais, e também levantamentos de programas e atividades das escolas que visam o atendimento e inclusão desses alunos, pesquisa essa realizada no projeto da escola, buscando evidenciar também se o plano de ação da escola, que lista as atividades rotineiras da escola contempla a prática da inclusão.

A concepção da pesquisa segue o paradigma epistemológico do método estruturalista que visa a busca por um fenômeno concreto, a pesquisa é realizada através de um intermédio de uma constituição ou de um modelo, o projeto possui também o método hipotético-dedutivo, pois o mesmo inicia-se com a formulação de hipóteses, e pelo o processo de percepção dos fatos, reafirma as hipóteses levantadas.



REFERENCIAL TEÓRICO

A educação especial é o ramo da educação ou modalidade de ensino que dedica-se ao atendimento de crianças, adolescentes e adultos dentro do espaço escolar, promovendo a escolarização para educandos que evidenciem necessidades de atendimentos especiais, trabalhando também com a elaboração e aplicação de práticas pedagógicas que atendam às necessidades educacionais especiais de cada educando, a educação especial debruça-se em cima de estratégias para a inclusão educacional desses alunos no âmbito escolar e social.

Conforme a Resolução das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001) a Educação Especial, entende-se com um processo que garantem recursos, serviços educacionais especiais e proposta pedagógicas educacionais, contemplando o ensino comum ou substituindo, de modo que venha a garantir a escolarização de alunos que apresentam necessidades educacionais especializadas, desenvolvendo assim suas potencialidades em todos os níveis da educação básica

Entretanto, a oferta da educação inclusiva foi instaurada com uma modalidade obrigatória nas escolas, enfrentando diversas dificuldades que permeia ainda nos dias de hoje, e sua permanência nas escolas enfrentam empecilhos, devido preconceitos incutidos pela a sociedade.

Segundo SILVA (2012), a história da Educação Especial só iniciou no Brasil na segunda metade do século XIX, e que até então as pessoas que nasciam com deficiências físicas ou mentais eram negligenciadas pelas sociedade, família e a religião, além disso, a primeira tentativa de incluir pessoas com necessidades especiais não foi no ensino regular, e sim em escolas anexas aos hospitais psiquiátricos ou instituições especializadas.

O que pode notar é que a educação especial de início foi tratada com segregação, tendo em vista que as crianças que eram identificadas com alguma deficiência não eram tratadas com os demais, e sim em anexos próximos aos hospitais, entretanto com o aumento expressivo de casos a sociedade em geral, viu-se obrigada a proporcionar políticas públicas para incluir pessoas portadoras de necessidades em todos os âmbitos da sociedade, pois conforme é assegurado pela a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), que elenca os direitos humanos para a garantida de uma vida digna a todas as pessoas, pelo o simples fato de ser humana define:



Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

No entanto, apesar da educação especial no Brasil, ter sofrido no início para instaurar-se como uma modalidade integral dos currículos educacionais, houve uma preocupação por parte das escolas no processo de inclusão social e educacional de pessoas com deficiências, para que as mesmas interagissem normalmente na sociedade.

Segundo SASSAKI (1997), “a Educação Especial que por muito tempo configurou-se como um sistema paralelo de ensino, vem redimensionando o seu papel, antes restrito ao atendimento direto dos educandos com necessidades especiais, para atuar, prioritariamente como suporte à escola regular no recebimento deste alunado”.

Conforme Santos e Barbosa (2016), a inclusão escolar no Brasil teve o seu apogeu logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que norteia as ações sociais, mas impulsionou-se através de movimentos populares que reivindicavam a reafirmação dos direitos garantidos por lei, intensificando ainda mais em 1960 com a reivindicação de familiares das crianças que possuíam deficiência, solicitando direito a matrícula na escola comum.

As contestações não estava mais somente, mostrando as diversas práticas de abandono, maus tratos, negligência e exclusão social, mas sim estavam solicitando uma integração social nas classes de ensino regular, sem necessidades de adequações, entretanto, matricular os alunos não é garantia que terão uma participação igualitário no acesso ao ensino, demonstrando assim que não basta que seja feito a inserção da pessoas especiais na sociedade, e necessário criar condições para elas mantenham-se e consigam desempenhar as exigências do qual estão inseridas.

Na década de 1960, o Brasil implementou políticas públicas diversas para servir de norte para o atendimento às pessoas com deficiências, e de planejamento para atendimentos nas práticas pedagógicas, como documentos que regulamentam desde o atendimento educacional especializado (AEE) até inclusão de classe de ensino comum (SANTOS, BARBOSA 2016).

Com o surgimento das reivindicações e por parte dos familiares a educação especial foi institucionalizada com modalidade de ensino obrigatório nas escolas de ensino regular, sendo citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior define:



Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com as políticas organizadas pode se compreender os principais documentos que norteiam as práticas pedagógicas no desenvolvimento da educação inclusiva, sendo ressaltadas diversas vezes a importância da promoção no ensino regular, sendo que o início deve partir desde a educação infantil, e que o professor deve possuir um discernimento para tratar as crianças com aceitação, estimulando sempre a amizade, as adaptações das brincadeiras, orientando, disciplinando os alunos e impondo regras moras.

De acordo com Santos e Barbosa (2016), para realizar a inclusão é necessárias adaptações, para orientar o trabalho pedagógico dos professores principalmente no currículo escolar e no planejamento de atividades, o replanejamento das aulas para o público alvo da educação especial deve iniciar com a observação em sala de aula pelo o professor e pelo o coordenador pedagógico, e a partir daí será traçado estratégias para a construção do plano individualizado de cada aluno.

A escola para realizar o atendimento especial especializado deverá dispor de um professor que tenha formação inicial que habilite a docência e especialização em Educação Especial, pois encarregara-se a identificação juntamente com o professor regular e o desenvolvimento de estratégia e recursos pedagógicos que propicie o ensino-aprendizagem atendendo as peculiaridades de cada um, conforme o plano de ensino individualizado que é construído para cada educando.

Em conformidade com o Conselho Nacional da Educação Básica (2009), as escolas deverão dispor de sala de recursos multifuncionais ou centro de Atendimento Educacional Especializado para receber o público da educação inclusiva, e que a elaboração do AEE e execução são de responsabilidade dos professores da sala de recursos com a participação dos professores regulares, coordenação pedagógica e família.

Conforme Santos e Barbosa (2016), a inclusão escolar no Brasil teve o seu apogeu logo após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, que norteia as ações sociais, mas impulsionou-se através de movimentos populares que reivindicavam a reafirmação dos direitos garantidos por lei, intensificando ainda mais em 1960 com a reivindicação de familiares das crianças que possuíam deficiência, solicitando direito a matrícula na escola comum.

As contestações não estava mais somente, mostrando as diversas práticas de abandono, maus tratos, negligência e exclusão social, mas sim estavam solicitando uma



integração social nas classes de ensino regular, sem necessidades de adequações, entretanto, matricular os alunos não é garantia que terão uma participação igualitário no acesso ao ensino, demonstrando assim que não basta que seja feito a inserção da pessoas especiais na sociedade, e necessário criar condições para elas mantenham-se e consigam desempenhar as exigências do qual estão inseridas.

Na década de 1960, o Brasil implementou políticas públicas diversas para servir de norte para o atendimento às pessoas com deficiências, e de planejamento para atendimentos nas práticas pedagógicas, como documentos que regulamentam desde o atendimento educacional especializado (AEE) até inclusão de classe de ensino comum (SANTOS, BARBOSA 2016).

Com o surgimento das reivindicações e por parte dos familiares a educação especial foi institucionalizada com modalidade de ensino obrigatório nas escolas de ensino regular, sendo citada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior define:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Com as políticas organizadas pode se compreender os principais documentos que norteiam as práticas pedagógicas no desenvolvimento da educação inclusiva, sendo ressaltadas diversas vezes a importância da promoção no ensino regular, sendo que o início deve partir desde a educação infantil, e que o professor deve possuir um discernimento para tratar as crianças com aceitação, estimulando sempre a amizade, as adaptações das brincadeiras, orientando, disciplinando os alunos e impondo regras moras.

De acordo com Santos e Barbosa (2016), para realizar a inclusão é necessário adaptações, para orientar o trabalho pedagógico dos professores principalmente no currículo escolar e no planejamento de atividades, o replanejamento das aulas para o público alvo da educação especial deve iniciar com a observação em sala de aula pelo o professor e pelo o coordenador pedagógico, e a partir daí será traçados estratégias para a construção do plano individualizado de cada aluno.

A escola para realizar o atendimento especial especializado deverá dispor de um professor que tenha formação inicial que habilite a docência e especialização em Educação Especial, pois encarregara-se a identificação juntamente com o professor



regular e o desenvolvimento de estratégia e recursos pedagógicos que propicie o ensino-aprendizagem atendendo as peculiaridades de cada um, conforme o plano de ensino individualizado que é construído para cada educando.

Em conformidade com o Conselho Nacional da Educação Básica (2009), as escolas deverão dispor de sala de recursos multifuncionais ou centro de Atendimento Educacional Especializado para receber o público da educação inclusiva, e que a elaboração do AEE e execução são de responsabilidade dos professores da sala de recursos com a participação dos professores regulares, coordenação pedagógica e família.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com resultados obtidos constata-se que a escola de ensino infantil analisada está contemplando em seu projeto político pedagógico propostas de inclusão para atender as necessidades especiais dos alunos que apresentam deficiências, alunos com transtornos globais do desenvolvimento, alunos com altas habilidades/superdotação. O que se pode elucidar é que a equipe pedagógica tem a clareza da função do atendimento educacional especializado e que de forma gradual a escolas em geral já estão integrando as práticas de inclusão no âmbito escolar.

Embora, exista o atendimento educacional especializado foi possível comprovar que existe uma carência de locais de salas especializadas para fazer o atendimento dentro da própria escola, sendo que na escola analisada da educação infantil, o atendimento é realizado em uma escola próxima, pois além de dispor de uma sala de recursos, ela ainda não dispõe de um profissional para realizar o atendimento dentro da escola, demonstrando assim que carece de mais profissionais.

Nas escolas do ensino fundamental a realidade já é outra, pois a mesma contempla uma sala de recursos multifuncionais sediada na própria instituição para realizar os atendimentos, sendo que os atendimentos são realizados em horários concernentes com os horários em que os educandos não estão na escola, para não atrapalhar o processo de escolarização regular, os atendimentos conta com uma psicopedagoga que trabalha no atendimentos com os alunos da instituição e outras privas que não possui desenvolvendo diversas atividades pedagógicas, além disso a escola transparece que desenvolvem atividades que visam a inserção social dos alunos com necessidades especiais.



Os resultados do processo de inclusão nos projetos políticos pedagógicos das escolas mostram -se que a cada nível de escolarização a proposta e concepção de inclusão é mais elaborado, tendo em vista que a escola do ensino médio se mostrou preocupada em demonstrar que a inclusão e o atendimento deverão ser realizados em salas de aula comuns da rede de ensino, pois o ensino deve valorizar a inclusão e inserção social, e uma vez fazendo o atendimento segregado não está realizando o real papel de e definição de incluir, pois a educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inserção do tema inclusão no projeto político-pedagógico das escolas contribui para a real inclusão do público alvo, uma vez que é o principal documento norteador da prática docente e nele que estará elencado a concepção de inclusão conforme a realidade da escola, o qual também serve como base para o planejamento das práticas docente da professora do ensino comum sendo usando como sustentáculo para o planejamento da professora da sala de recursos.

O Atendimento Educacional Especializado contribui de forma significativa, pois focaliza nas dificuldades intrínsecas de cada aluno, valorizando as potencialidades contribuindo assim de forma significativa para a formação humanística e melhoria na qualidade de vida dos alunos, pois sendo submetidos as atividades pedagógicas os educando se aprimoram com pessoas e estudantes desenvolvendo não somente suas habilidades diárias educacionais, mas também capacidades técnicas essências para a asseguaração da dignidade humana e desenvolvimento pessoal.

O legado da prática da inclusão escolar é refletido a longo prazo na inclusão social, quando o público alvo da educação especial consegue exercer a cidadania, com efetiva participação nos âmbitos sociais, políticos e econômicos, tendo em vista, que os mesmos são cidadãos e tem assegurado todos os deveres humanos, e de conformidade devem ter condições para o usufruto dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90, de 13 de julho de 1990.



LBD – **Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescols/leis/lein9394> > Acesso em 08 set. 2019.

MAIA, Benjamim; COSTA, Margarete Terezinha de Andrade. **Os desafios e superações na construção coletiva do Projeto Político-Pedagógico**. Curitiba: Ibpex, 2011. (Serie Processos Educacionais)

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5.ed. São Paulo: Atlas 2003.

Resolução nº 2 de setembro de 2001. Brasília 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 07 set. 2019.

Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Brasília, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf > Acesso em: 08 set. 2019.

SANTOS, Tatiana dos. BARBOSA, Regiane da Silva. **Educação Inclusiva**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A. 2016.

SILVA, Aline Maria da. **Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos**. Curitiba: Inter Saberes, 1º ed. 2012.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto Político Pedagógico da Escola: Uma construção possível**. 19 ed. 2005.

